

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROJETO DE LEI Nº 3.191, DE 2025

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para tornar crime a fraude e a apropriação indébita de recursos da seguridade social destinados a pessoa idosa e de descontos irregulares a título de empréstimo consignado, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para classificar como hediondo os crimes que especifica.

Autor: Deputado GENERAL GIRÃO

Relator: Deputado OSSESIO SILVA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.191, de 2025, do Deputado General Girão, altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para tipificar como crime a fraude e a apropriação indébita de recursos da seguridade social destinados a pessoas idosas, bem como descontos irregulares a título de empréstimo consignado. A proposição também modifica a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para classificar as referidas condutas como crimes hediondos.

Na justificação, o autor da proposta ressalta que a população idosa tem sido alvo recorrente de fraudes previdenciárias e financeiras, muitas vezes relacionadas ao pagamento de aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais. Destaca que tais condutas, além de lesarem o erário, atingem diretamente milhões de pessoas idosas que dependem desses recursos para garantir sua subsistência digna. O parlamentar enfatiza ainda que os casos de fraudes em empréstimos consignados se multiplicaram nos últimos anos,



causando graves prejuízos. Ainda de acordo com o autor, a proposição busca conferir maior proteção contra tais riscos.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 RICD).

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso I e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se do Projeto de Lei nº 3.191, de 2025, de autoria do ilustre Deputado General Girão. A proposta altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), assim como a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos). As modificações propostas tipificam como crime hediondo a fraude e a apropriação indébita de recursos da seguridade social destinados a pessoas idosas, bem como descontos irregulares a título de empréstimo consignado.

Cabe a esta comissão apreciar a matéria do ponto de vista da proteção dos direitos das pessoas idosas, de acordo com o campo temático e a área de atuação previstas no art. 32, inciso XXV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Voltando ao mérito, a proposição é oportuna e relevante. Com efeito, ela responde a uma realidade concreta de aumento das fraudes financeiras que vitimam pessoas idosas, frequentemente em condições de maior vulnerabilidade. Ao tipificar condutas de forma específica, o projeto reforça a capacidade de atuação dos órgãos de persecução penal, ao mesmo



tempo em que eleva o grau de reprovação jurídica e social dessas práticas, equiparando-as a crimes hediondos.

No âmbito desta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, é essencial reconhecer que a proteção patrimonial dos idosos está diretamente ligada à sua dignidade, autonomia e ao direito ao mínimo existencial. Recursos previdenciários e assistenciais constituem, em grande parte dos casos, a principal ou única fonte de subsistência dessa população.

Sem sombra de dúvida, medidas que busquem assegurar a integridade desses valores são instrumentos de efetivação de direitos fundamentais.

Por outro lado, cabe, ao nosso entender, uma reparação à redação do art. 2º do projeto. Decorre da lógica interna da proposta que a lei que se deseja modificar, pelo comando do caput do art. 2º, é a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos).

Finalmente, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania terá oportunidade de apreciar o mérito e a juridicidade da proposta, no que diz respeito à dosimetria das penas aplicáveis aos crimes previstos.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.191, de 2025, com as emendas em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado OSSESIO SILVA
Relator



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**PROJETO DE LEI Nº 3.191, DE 2025**

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para tornar crime a fraude e a apropriação indébita de recursos da seguridade social destinados a pessoa idosa e de descontos irregulares a título de empréstimo consignado, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para classificar como hediondo os crimes que especifica.

EMENDA Nº

Renumere-se e dê-se nova redação ao caput do segundo art.
2º do projeto:

"Art. 3º A Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), passa a vigorar com a seguinte alteração: "

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado OSSESIO SILVA
Relator



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**PROJETO DE LEI Nº 3.191, DE 2025**

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para tornar crime a fraude e a apropriação indébita de recursos da seguridade social destinados a pessoa idosa e de descontos irregulares a título de empréstimo consignado, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para classificar como hediondo os crimes que especifica.

EMENDA Nº

Renumere-se o art. 3º do projeto como art.4º.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado OSSESIO SILVA
Relator

